

Uma proposta "positiva"

por Cláudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

fica até quinta-feira, dia 18, voltando para Nova York, de onde embarca para o Brasil no dia seguinte à noite.

Ele confirmou que a proposta dos bancos credores traz também um prazo de refinanciamento de 20 anos — "o Brasil quer mais" (o ministro já mencionou 25 anos recentemente) — com "spreads" (taxas de risco) de 0,875% (sete oitavos) para a dívida velha. Observou que ainda está em processo de negociação a proposta do Brasil de esse "spread" recair sobre todo o estoque da dívida externa junto aos bancos privados, de US\$ 68 bilhões (sendo US\$ 48 bilhões do setor público), e insistiu, durante a entrevista, em que não existe um vínculo entre a renegociação da dívida externa e o encaminhamento da questão da informática.

"Não há esse processo de barganha", sublinhou Ferreira da Nóbrega, observando, contudo, que a partir do momento em que se constrói, com relação à dívida externa, "um clima de confiança mútua", esse clima acaba refletindo-se na decisão da retaliação dos EUA às exportações

brasileiras. "Tenho conversado freqüentemente com o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, e não vejo intenção do governo norte-americano de suspender eventuais retaliações de um acordo externo."

O ministro da Fazenda também confirmou que os bancos credores insistem num acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — o que ele espera esteja concluído até junho próximo — e, no documen-

to, vinculam os desembolsos dos recursos do refinanciamento de juros aos desembolsos do FMI, condicionados ao cumprimento de metas de política econômica interna.

"Eles (os banqueiros) colocaram tudo o que têm direito", observou Ferreira da Nóbrega. Ele se reuniu ontem à noite com o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, para juntos chegarem a uma contraproposta brasileira às condições exigidas pelos

credores. "O fato é que a proposta representa uma atitude construtiva e positiva em direção ao acordo rápido", acrescentou o ministro. Ele confirmou que no final de fevereiro seguirá uma missão técnica brasileira para conversar com o FMI; em março, desembarca uma missão do FMI para iniciar o acordo "stand-by" e, logo após concluído esse acordo, em junho, ele começará a renegociação com o Clube de Paris.

Uma proposta "positiva"

12 FEV 1988

12 FEV 1988
por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo brasileiro considerou "altamente positiva" a atitude dos bancos credores internacionais, que apresentaram na última quarta-feira aos negociadores brasileiros, em Nova York, uma proposta de acordo de médio prazo para a dívida externa.

As condições listadas no documento de sessenta páginas, que compreende a proposta concreta e completa de negociação dos bancos, porém, não são suficientes para que o governo a encare como "um sinal" de que pode pagar a parcela restante dos juros da dívida vencidos no mês passado, cerca de US\$ 600 milhões.

Ontem, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, em entrevista para comentar a proposta dos banqueiros internacionais, disse que espera, em uma semana, chegar a um número razoável sobre o montante de recursos de que o País precisa para refinarçar os juros da dívida entre 1º de janeiro de 1987 e 30 de junho de 1989. "Quando alcançarmos esse montante de financiamentos, pagaremos o restante dos juros de janeiro", prometeu.

(O presidente do Banco Central — BC, Fernando Milliet de Oliveira, considera modesta a contraproposta feita ao Brasil pelo comitê assessor de bancos credores, contemplando refinanciamento de US\$ 5 bilhões dos juros da dívida bancária. Ele qualificou o documento, no entanto, como "uma lista de desejos" e disse que os próprios bancos "não têm ilusões de que o acordo sairá nesses termos", conforme relata a editora Maria Clara R. M. do Prado. Milliet chegou ontem ao País e deve retornar aos Estados Unidos na próxima segunda-feira.)

Segundo Nóbrega, contudo, o governo brasileiro nunca chegou a propor um refinanciamento de US\$ 11,5 bilhões para o período 1987/89. Ele garantiu que a proposta do governo brasileiro foi de um refinanciamento próximo a US\$ 7 bilhões. A contraproposta dos bancos é de aproximadamente US\$ 5 bilhões, levando em conta apenas o primeiro semestre de 1989. Na contabilidade do ministro, que também já considera os US\$ 3 bilhões do acordo provisório feito no final de 1987, portanto, a diferença entre o que o Brasil precisa para refinarçar o balanço de pagamentos no período é a oferta dos credores é menor do que se noticiou ontem.

Para Nóbrega, porém, mais importante do que as condições estabelecidas é a proposta em si mesma. "Ela é um fato altamente positivo porque há três anos que o Brasil não recebe nenhuma proposta dos bancos credores. É uma proposta negociadora. Um ponto de vista deles sobre o acordo de médio prazo. Eu acho que ainda vai ter muito progresso na negociação e espero que ela se acelere com a minha viagem." Nóbrega embarca amanhã à noite para Nova York, seguindo para Washington na segunda-feira, onde

(Continua na página 26)

O presidente do comitê assessor dos bancos credores do Brasil, William Rhodes, disse ontem, em Londres, que a nova etapa de negociações, iniciada com o desembolso de parte dos juros devidos em janeiro, "dá mais margem para otimismo, mas tudo depende do que for possível obter daqui para a frente", segundo relatou Tom Camargo, correspondente deste jornal.

(Ver página 26)